

# Tensão em progresso nas várias frentes

Newton Rodrigues \*

Ao partir para mais uma de suas viagens internacionais, desta vez para o Canadá, Fernando Henrique Cardoso deixará uma retaguarda pouco tranqüila, diferentemente do que pôde fazer de outras vezes. Não há fatos retumbantes, desses que indicam crise iminente, mas a presidência imperial está encontrando maiores resistências, indicativas da aceleração do processo de desgaste, pela incidência de fatos novos ou que deram nova feição a antigos. A semana que se encerra tem fortes indicações sobre isso, inclusive em inquérito de opinião pública, no Rio, onde a baixa de prestígio foi de 16 pontos.

A votação da reforma administrativa é um exemplo.

**Ninguém nega que os gastos com pessoal sejam excessivos, e que sejam necessários reajustes**

Depois de tentar fazê-la desde o início da posse, FHC obteve, como de costume, quem aceitasse o papel de ajudante de carrasco e o deputado Moreira Franco endossou, em seu relatório, todos os principais objetivos oficiais, que são o fim da estabilidade dos funcionários públicos, federais, estaduais e municipais (os dois últimos escalões em uma verdadeira federação deveriam ter a questão resolvida em seu próprio âmbito), o aumento da idade para aposentadoria e o bloqueio de reajustes, nesse último caso,

acentuando-se o que já é política oficial, pois desde sua posse o governo está tratando os servidores públicos, mas só mesmo a água, sem pão. Ninguém nega que os gastos com pessoal sejam excessivos e que sejam necessários reajustes; porém a questão não consiste no que fazer, mas em como fazer.

Com esse pano de fundo surgiu o extrateto, uma concessão imoral a deputados e outros privilegiados que poderiam, ao contrário do comum dos mortais, até dobrar o limite estabelecido no projeto. O repúdio foi geral, menos da parte do governo, que tem o vício da barganha. Assim, o próprio presidente da República reuniu suas lideranças parlamentares e com elas acertou a aprovação do privilégio, em troca da votação, pela

chamada "banca dos aposentados", dos pontos cruciais da proposta oficial. Entretanto, obtido o prêmio, Fernando Henrique Cardoso faltou ao compromisso de que fora arquiteto. Mídia e porta-vozes têm dito que o clamor das ruas determinou o recuo; esquecem apenas de recordar que a grita já existia, e forte, quando o governo comandou a negociação. E muito maior está sendo da parte do funcionalismo, que, além do congelamento de vencimentos, está ameaçado de ter a idade pa-

ra a aposentadoria aumentada. O resultado final é que o governo vulnerou a própria credibilidade junto a seus aliados. Os parlamentares enganados cobrarão isso, ainda no atual projeto — cuja votação já teve de ser adiada — ou em outros e, quando convidados a acordos, pedirão adiantamentos irrevogáveis. Criou-se nova frente de tensão, específica.

Nova, porém não exclusiva. Ainda no mesmo assunto, o Supremo Tribunal Federal, que já foi acusado pelo chefe do Executivo de não se preocupar com o País, achou necessário esclarecer ao Congresso e ao governo que o teto dos magistrados não é, como está sendo entendido, R\$ 10.800,00, mas R\$ 12.720,00, o que demonstra que o governo e sua banca parlamentar não conseguiram, depois de tantos meses, estabelecer sequer com precisão as cifras em que basearam seus cálculos. Pode ser que a revelação de Sepúlveda Pertence ajude a conter uma parte dos descontentes, sem contudo deixar de atingir as contas oficiais e o desgaste presidencial assinalado antes. Há, de uns tempos para cá, nada disso das relações entre a magistratura e o Poder Exe-



cutivo, registrado em manifestações oficiais de vários tribunais, juristas e entidades afins. A causa do desconcerto é a natural resistência dos tribunais em sujeitar a lei e os julgamentos a conveniências governamentais e a tendência manifesta do oficialismo em enquadrar a Justiça. Dizia-se, antigamente, que não se deve contrariar gente que vista saias: mulheres, juízes e sacerdotes. Se elas têm sido deixadas em paz, o mesmo não acontece com os magistrados e padres.

Com tantos anos de vida e de experiência política, Fernando Henrique deve saber que não é proveitoso bater de frente com a Igreja romana, que tem na CNBB a sua expressão coletiva mais destacada. Mas passou a desentender-se com os bispos, pessoalmente e por meio de seu porta-voz principal, lembrando o tempo dos generais-presidentes. Curiosamente, agravaram-se os desentendimentos depois que o presidente, sem precisar ir a Canossa, como o imperador Henrique IV, ajoelhou-se aos pés do papa, no Vaticano. Ao que parece, o oficialismo desconhece que as duas alas da hierarquia eclesiástica, ditas conservadora e progressista,

embora com visões diferentes sobre vários assuntos, inclusive teológicos, estão unidas na maneira de encarar as reformas sociais, a partir da questão da terra e dos direitos das minorias.

Não há muito, o presidente da República recebeu uma resposta crítica de dom Lucas Neves, bispo primaz do Brasil e presidente da CNBB, onde de certo modo está como legado do papa. O fato é o seguinte: o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (Ibrades), como órgão de assessoramento da 35ª Conferência Nacional dos Bispos, em curso em Itaipava, fez duro diagnóstico sobre a ação governamental, criticando seu trabalho na questão da terra, da violência policial e indicando a prática de corrupção ativa, para aprovação da emenda eleitoral e de outras propostas. A esta contribuição faltava — e falta — o caráter de documento oficial, o que

**Com mobilização de massas, a marcha sobre Brasília é a maior demonstração dos últimos anos**

o Planalto considerou secundário ao investir em um cartapácio de cinco páginas, contra a CNBB, recordando as extensas terras que a Igreja possui e das quais se tem declarado disposta a abrir mão para a reforma agrária. Se estivesse vivo, Stanislaw Ponte Preta, que soube tão bem ridicularizar o ridículo, certamente diria: "Mulheres, segurem as saias, que as dos juízes e padres já estão sendo arregaçadas".

Três frentes de tensão estão aí definidas. Mas há outras, ainda, com destaque para a questão rural, e a mobilização do Movimento dos Sem-Terra que se instala em Brasília e reclama ações mais concretas de assentamento de trabalhadores, animado pela evidência de grande apoio social e político e pela constatação de que as pressões e as ocupações têm impulsionado o pouco realizado. Diz o ministro Jungmann, sem dúvida um partidário da reforma agrária, que o MST deve apresentar um projeto, embora o governo, com toda sua aparelhagem, tenha sido incapaz até agora de apresentar algo sistemático e coerente, que impeça e elimine os riscos de os atuais e futuros assentamentos tornarem-se em

pouco tempo terras improdutivas, ou quase, devido à falta de medidas complementares. O fato é que a tensão está em alta também nessa área e que a palavra de ordem do movimento é intensificar as ocupações, mesmo ilegais, em novas áreas de ação concentrada. Como mobilização de massas, a marcha sobre Brasília é a maior demonstração dos últimos tempos e exige do governo a capacidade de liderança que não tem demonstrado, também nessa área. ■